



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 73

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1967

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

CONVOCAÇÃO DE SESSÕES CONJUNTAS PARA APRECIACÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no art. 62, § 3º, da Constituição Federal e no art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas a realizarem-se nos dias 15 e 21 de junho do ano em curso, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo mencionados:

Dia 21:

— Veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.804-A-66 na Câmara e número 25-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 60.924,21, destinado a atender a despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York, realizada em 1960;

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 1.773-B-52 na Câmara e nº 121-65 no Senado, que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais;

— Veto (total) ao Projeto de Lei nº 3.567-B-66 na Câmara e nº 36-67 no Senado, que dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

Senado Federal, em 31 de maio de 1967. — Auro Moura Andrade.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 62, § 3º, da Constituição e do art. 1º, nº IV, do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 22 do corrente, às 21 horas e 30 minutos, no Plenário da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei nº 4.081-A-67 na Câmara e nº 30-67 no Senado, que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências.

Senado Federal, em 6 de junho de 1967,

AURO MOURA ANDRADE

SESSÃO CONJUNTA

Em 21 de junho de 1967, às 21 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais:

1º — Ao Projeto de Lei nº 3.804-A-66, na Câmara e nº 25-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de NCr\$ 60.924,21 (sessenta mil novecentos e vinte e quatro cruzeiros novos e vinte e um centavos), para atender ao pagamento de despesas com a participação do Brasil na IV Feira Internacional de Nova York (veto parcial);

2º — Ao Projeto de Lei nº 1.773-B-52, na Câmara e nº 121-65 no Senado, que dispõe sobre a fixação dos limites da área do Polígono das Secas nos Estados da Bahia, Pernambuco e Minas Gerais (veto total);

3º — Ao Projeto de Lei nº 3.567-B-66, na Câmara e nº 36-67, no Senado, que altera a redação do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, que dispõe sobre a isenção industrial e sanitária dos produtos de origem animal (veto total).

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Palavras do art. 1º.
2	2º	Totalidade do projeto.
3	3º	Totalidade do projeto.

SESSÃO CONJUNTA

Em 22 de junho de 1967, às 21 horas

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei número 1, de 1967 (C.N.), de iniciativa do Presidente da República, que dá nova redação a dispositivos da Lei número 4.448, de 29 de outubro de 1964 (Lei de Promoções dos Oficiais do Exército).

SESSÃO CONJUNTA

Em 22 de junho de 1967, às 22 horas e 30 minutos

ORDEM DO DIA

Vetos presidenciais (parciais):

1º — ao Projeto de Lei número 4.081-A-67 na Câmara e número 30-67 no Senado, que corrige desigualdade de situação entre servidores do Ministério da Fazenda e dá outras providências;

2º — ao Projeto de Lei número 4.066-A-66 na Câmara e número 10-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de NCr\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil cruzeiros novos), destinado à Fundação Universidade de Brasília;

3º — ao Projeto de Lei número 4.068-A-66 na Câmara e número 11-67 no Senado, que autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Justiça, o crédito especial de NCr\$ 3.291.576,93 (três milhões, duzentos e noventa e um mil quinhentos e setenta e seis cruzeiros novos e noventa e três centavos), destinado a atender a despesas decorrentes do pagamento da gratificação de fundação policial instituída pela Lei número 4.878, de 3 de dezembro de 1965.

ORIENTAÇÃO PARA A VOTAÇÃO

Cédula	Veto	Matéria a que se refere
1	1º	Art. 1º e seu parágrafo
2	2º	Palavras do art. 1º
3	3º	Palavras do art. 1º.

SENADO FEDERAL

ATA DA 87ª SESSÃO, EM 19 DE JUNHO DE 1967

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA DA GAMA

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Senhores Senadores:

Clóvis Maia.
Oscar Passos.
Alvaro Maia.
Clodomir Milet.
Sebastião Archer.
Petrônio Portela.
Menezes Pimentel.

Wilson Gonçalves.
Manoel Villça.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
José Ermírio.
José Leite.
Aloysio de Carvalho.
Josaphat Marinho.
Carlos Lindemberg.
Eurico Rezende.
Paulo Tórres.
Aurélio Vianna.
Nogueira da Gama.
Carvalho Pinto.
Lino de Mattos.
João Abrahão.
Pedro Ludovico.
Fernando Corrêa.
Bezerra Neto.
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 27 Senhores Senadores. Há número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor Segundo Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O Senhor Primeiro Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE
RESPOSTAS A PEDIDOS
DE INFORMAÇÕES:

I — Do Ministro das Comunicações
Aviso nº 67, de 8 do mês em curso — com referência ao Requerimento nº 305-67, do Sr. Senador Paulo Torres.

II — Do Ministro da Educação e Cultura

Aviso nº 887-Br., de 14 do mês em curso, com referência ao Requerimento nº 332-67, do Sr. Senador Vasconcelos Torres.

OFÍCIO DO GOVERNADOR
DO ESTADO DE SÃO PAULO

De 30 de maio último (agradece a remessa de cópia autenticada da Resolução nº 29, de 19 de abril do corrente ano, que suspende a execução do inciso VI do art. 40, da Lei nº 1, de 18 de setembro de 1947, daquele Estado).

Ofício do Sr. Senador Carvalho Pinto, de 15 do mês em curso (comunica a sua eleição para Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pela Resolução nº 49-67, a do Sr. Senador Aurélio Vianna para Vice-Presidente e a designação do Senhor Senador Antônio Carlos para Relator).

OFÍCIOS:

Do Sr. 1º Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando à revisão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO
DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, de 1967

(Nº 9-B-67, NA CAMARA)

Aprova o Acordo de Comércio celebrado entre o Brasil e Portugal, em Lisboa, em 7 de setembro de 1966.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o Acordo de Comércio celebrado entre o Brasil e Portugal, em Lisboa, em 7 de setembro de 1966.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 807, DE 1966,
DO PODER EXECUTIVO

Senhores Membros do Congresso Nacional:

De conformidade com o art. 66, inciso I, da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro do Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Comércio, assinado com Portugal, em Lisboa, a 7 de setembro de 1966.

Brasília, 13 de dezembro de 1966.
— Humberto de Alencar Castello Branco.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS
DEO-C-DAI-323-811. (42) (88) DO
MINISTERIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES

Em 21 de novembro de 1966

A Sua Excelência o Senhor Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, Presidente da República.

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à alta consideração de Vossa Excelência o anexo Acordo de Comércio entre o Brasil e Portugal, firmado em Lisboa a 7 de setembro último.

2. Como é do conhecimento de Vossa Excelência, o Acordo Comercial entre os dois países de 9 de novembro de 1949, modificado a 14 de setembro de 1954 e denunciado mediante troca de notas pelas partes contratantes em 7 de setembro findo, não mais consultava os interesses brasileiros.

3. Pelo Acordo ora firmado, as relações comerciais entre o Brasil e Portugal passam do sistema bilateral para a área multilateral. Saliente a especial significação da concessão, por parte de Portugal, de zonas francas na Metrópole e Províncias Ultramarinas, bem como a criação de uma Comissão Mista Econômica para incrementar o comércio e a cooperação econômica entre os dois países.

4. Pelos motivos acima expostos, acredito, Senhor Presidente, que o Acordo em apreço, salvo melhor juízo, está capacitado a regular de maneira mais eficaz e profícua as nossas relações econômicas com Portugal, advindo dele reais proveitos para o Brasil.

5. Assim sendo, junto à presente sete cópias autenticadas do texto do Acordo e um projeto de mensagem presidencial, a fim de que Vossa Excelência, se assim houver por bem, se digne submetê-la à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 66, inciso I, da Constituição Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência. Senhor Presidente, os protestos do meu mais profundo respeito. — Juracy Magalhães.

ACORDO DE COMÉRCIO ENTRE OS
ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
E PORTUGAL.

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo de Portugal

Animados do propósito de emprestar maior dinamismo às relações econômicas entre os dois países e de aproveitar ao máximo a complementariedade atual e potencial de suas economias, e

Considerando que foi revogado mediante troca de notas de 7 de setembro de 1966, o Acordo Comercial de 9 de novembro de 1949, e de 14 de setembro de 1954.

Resolvem concluir um Acordo de Comércio a vigorar no território brasileiro e nos territórios portugueses do Continente e das Adjacentes e das Províncias Ultramarinas e, para esse fim, nomearam seus plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Juracy Magalhães, Ministro de Estado das Relações Exteriores.

O Presidente da República Portuguesa, o Senhor Doutor Alberto Martins Górgio, Ministro das Relações Exteriores.

Os quais após haverem exibido seus Plenos Poderes, achados em boa e

devida forma, convieram nas disposições seguintes:

ARTIGO I

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo de Portugal tomarão as medidas que forem necessárias para promover o crescimento e a diversificação do intercâmbio comercial entre os dois países, levando em conta, especialmente, as necessidades criadas pelo processo de transformação de suas respectivas economias. Sem quebra dos compromissos internacionais a que ambos os países se encontram obrigados, deverá ser instituído o melhor tratamento possível aos produtos com interesse no comércio luso-brasileiro.

ARTIGO II

Os pagamentos de qualquer natureza relativos a operações diretas entre os dois países passarão a efetuar-se em moeda livre convertibilidade a partir da data de entrega em vigor do presente Acordo.

O Banco do Brasil S.A. e o Banco de Portugal dotarão, por troca de notas, as disposições necessárias para pôr termo, a partir da data supra ao Convênio ajustado entre os dois Bancos em consequência do disposto do artigo 9º do Acordo celebrado em 9 de novembro de 1949 entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo de Portugal. O saldo que a conta aberta nos termos do referido artigo apresentar à data da expiração do Convênio, será utilizado pela Parte credora durante o prazo de seis meses e partir da mencionada data, para o pagamento das operações em curso, ainda não liquidadas, bem como para o pagamento de mercadorias do país devedor a importar pelo país credor, ou para qualquer outro pagamento a efetuar na área monetária do país devedor, mediante prévio acordo dos dois Governos. O saldo que a referida conta apresentar no fim daquele período de seis meses será imediatamente pago pelo Banco devedor, em dólares dos Estados Unidos da América.

ARTIGO III

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo de Portugal darão todas as facilidades para a celebração de acordos de complementação industrial, entre empresas brasileiras e portuguesas. Para este efeito as autoridades de ambos os países solicitarão a colaboração dos correspondentes setores privados a fim de que, com a maior brevidade, se procedam aos estudos e se tomem as iniciativas para a realização deste objetivo.

ARTIGO IV

A fim de facilitar a criação de zonas francas para produtos originários do Brasil e de Portugal, a que se refere o art. 8º do Tratado de Comércio de 26 de agosto de 1933 logo que uma das Partes manifeste interesse pelo estabelecimento de uma dessas zonas em qualquer parte do território brasileiro ou dos territórios portugueses, o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo de

Portugal promoverão a constituição de grupos de trabalho especializados, formados por peritos dos dois países, com o objetivo de acordarem nas soluções de todos os problemas que para esse efeito tiverem de ser considerados.

ARTIGO V

O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo de Portugal acordam em conceder entre si todas as facilidades necessárias para a realização de exposições, feiras ou certames semelhantes, comerciais, industriais, agrícolas e artesanais, nomeadamente, o benefício de importação temporária, a dispensa do pagamento dos direitos de importação para mostruários e material de propaganda, e, de um modo geral, a simplificação das formalidades aduaneiras, nos casos e condições previstas nas respectivas legislações nacionais.

ARTIGO VI

Em ordem a fomentar as relações econômicas entre os dois países é instituída a Comissão Luso-Brasileira que terá a composição e o mandato seguintes:

1º. Serão membros da Comissão:
a) os representantes dos diversos órgãos oficiais do Brasil e de Portugal particularmente interessados;
b) os representantes das entidades privadas, para tal convidados pelos respectivos Governos;

2º. A Comissão terá por mandato:
a) examinar periodicamente o intercâmbio comercial entre as duas Partes e apresentar sugestões visando à ativação do comércio recíproco;
b) dar parecer sobre quaisquer consultas feitas pelas autoridades de uma das Partes com vista a resolver quaisquer dificuldades ou problemas que se suscitem no seu comércio ou relações econômicas;

c) examinar quaisquer questões suscitadas pelas Partes relativas à execução do presente Acordo e quaisquer emendas ou aditamentos que a evolução do comércio entre as Partes ou a das suas respectivas economias possa sugerir;

d) promover estudos e fazer recomendações sobre a intensificação tão rápida quanto possível da cooperação econômica entre as duas Partes, nomeadamente para os fins do artigo III.

§ 1º A Comissão reunir-se-á pelo menos duas vezes por ano, alternadamente no Brasil e em Portugal.

§ 2º O Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo de Portugal nomearão, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de assinatura do presente Acordo, os membros que integrarão as seções brasileiras e portuguesas da referida Comissão.

ARTIGO VII

O presente Acordo será válido por um período inicial de cinco anos contados a partir da data de sua entrada em vigor. A menos que uma notificação de denúncia seja feita por uma Parte a outra Parte, seis meses antes do termo daquele período, o Acordo renovar-se-á por tacita recondução por períodos sucessivos de um ano. Neste caso, poderá ser denunciado por aviso prévio de três meses, contados a partir do termo do período para o qual haja sido reconduzido.

ARTIGO VIII

O presente Acordo será ratificado de conformidade com as disposições constitucionais de cada uma das Partes Contratantes e entrará em vigor um mês após a troca dos instrumentos de ratificação, a efetuar-se em Brasília, no mais breve prazo possível.

Em fé do que, os Plenipotenciários acima nomeados, firmaram o presente Acordo e nele apuseram os seus respectivos selos.

Feito na Cidade de Lisboa, em dois exemplares, ambos em língua portuguesa, aos 7 dias do mês de setembro de mil novecentos e sessenta e seis.

As Comissões de Relações Exteriores, de Indústria e Comércio de Economia e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 71, de 1967

(Nº 154-B/67 — NA ORIGEM)

Dispõe sobre o recolhimento da taxa de fiscalização criada pela Lei número 5.060, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. As entidades concessionárias ou permissionárias de serviços de telecomunicações ficam isentas de pagamento dos juros de mora referidos no § 1º do art. 8º da Lei número 5.070, de 7 de julho de 1966, desde que recolham a taxa de fiscalização, instituída pela referida Lei e correspondente ao exercício de 1967, até 60 (sessenta) dias após a publicação desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, de 1967

(Nº 155 — B/67, NA ORIGEM)

Acrescenta um item ao art. 7º da Lei nº 4.592, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o imposto de consumo e reorganiza a Diretoria de Rendas Internas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica acrescentado ao art. 7º da Lei nº 4.592, de 18 de novembro de 1966, o seguinte item:

“XXXVI — Os produtos de procedência estrangeira cuja entrada no território nacional seja ‘Livro de importação pela Tarifa das Alfândegas, após disciplinação, por espécie, do Departamento de Rendas Internas, na forma do art. 111 desta Lei, e quando os similares produzidos no País gozem do mesmo benefício’.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

A Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 73, de 1967

(Nº 156 — B/67 — NA ORIGEM)

Modifica o Decreto-lei nº 248, de 28 de fevereiro de 1967, que institui a Política Nacional de Saneamento Básico e cria o Conselho Nacional de Saneamento Básico, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

CAPÍTULO I

Da Política Nacional de Saneamento

Art. 1º. É instituída a Política Nacional de Saneamento, compreendendo o conjunto de diretrizes destinadas à fixação do programa governamental a aplicar-se no saneamento do meio no País.

Parágrafo único. A Política Nacional de Saneamento será implantada de conformidade com os principais estabelecidos na presente Lei e nas

normas complementares necessárias efetivação de suas finalidades.

Art. 2º. Fica criado, no Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, o Conselho Nacional de Saneamento (CNS), órgão colegiado normativo, com a finalidade superior de exercer as atividades de planejamento, coordenação, supervisão e controle de Política Nacional de Saneamento, estabelecendo as condições de sua execução para todo o território nacional.

CAPÍTULO II

Da Organização

Art. 3º. O Conselho de Saneamento será presidido pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral e será integrado por representações paritárias do Ministério da Saúde e do Ministério do Interior, em número de 3 representantes para cada Ministério.

§ 1º. Haverá número igual de suplentes nas mesmas condições paritárias deste artigo.

§ 2º. Nas faltas e impedimentos eventuais, o Presidente do Conselho será substituído por autoridade competente, designada pelo Presidente, na forma estabelecida no Regimento do Conselho.

§ 3º. O Conselho se reunirá, com a totalidade de seus membros, titulares ou substitutos legais, por convocação do Presidente ou da maioria de seus membros e deliberará por maioria de votos, sendo o voto do Presidente de qualidade.

Art. 4º. O Presidente fixará a remuneração de presença dos membros do Conselho, de acordo com a legislação em vigor sobre a matéria.

Art. 5º. Ao Conselho Nacional de Saneamento compete:

I — Definir a Política Nacional de Saneamento;

II — Elaborar o Plano Nacional de Saneamento, submetendo-o à apreciação do Congresso Nacional;

III — Aprovar as normas gerais de aplicação dos recursos destinados a financiamentos de projetos, obras, operação e manutenção de serviços de saneamento;

IV — Resolver os casos omissos e tomar todas as medidas que se fizerem necessárias ao desempenho de suas funções;

V — Deliberar sobre projetos de leis, decretos, códigos, regulamentos, regimentos e demais normas referentes a obras e serviços de saneamento;

VI — Elaborar e aprovar o regimento do Conselho;

VII — Deliberar sobre os relatórios anuais estudos, plano, programas de trabalho e orçamento dos órgãos executores da política de saneamento;

VIII — Incentivar a criação de órgãos estaduais e municipais autônomos para administrar, operar e explorar serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários nas áreas das respectivas jurisdições;

IX — Estimular os governos estaduais, através da orientação da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública (FEESP), para a criação de cursos de preparação e treinamento e aperfeiçoamento de pessoal de nível médio e superior, para administrar e manter os próprios serviços de saneamento, especialmente os de abastecimento de água;

X — Promover os entendimentos necessários com as autoridades dos órgãos federais competentes, visando o estabelecimento de normas disciplinadoras do aproveitamento conjunto dos recursos hídricos do País.

CAPÍTULO III

Da Execução da Política Nacional de Saneamento

Art. 6º. A execução da Política Nacional de Saneamento, no âmbito federal, é da alçada dos Ministérios do Interior e da Saúde.

§ 1º. Compete precipuamente ao Ministério do Interior a implantação de serviços de saneamento nas áreas

populacionais acima de 50 (cinquenta) mil habitantes.

§ 2º. Compete precipuamente ao Ministério da Saúde a implantação de serviços de saneamento nas áreas populacionais de até 50 (cinquenta) mil habitantes.

§ 3º. Estas atribuições estarão sempre sujeitas às diretrizes e à decisão final do Conselho.

Art. 7º. Serão mantidos todos os compromissos anteriormente assumidos pelos diversos órgãos federais que executam, custeiam ou financiam obras de saneamento básico, dos quais tenham resultado acordo ou convênios internacionais.

CAPÍTULO IV

Do Abastecimento de Água

Art. 8º. Será obrigatória, em todo o território nacional, a fluoração da água para abastecimento, quando exista estação de tratamento.

Art. 9º. Nenhum financiamento para construção ou ampliação de sistemas de abastecimento de água poderá ser concedido por entidades de direito público federal, estadual ou municipal, autarquias, órgãos de administração, centralizados, fundações, serviços especiais de Saúde Pública, estabelecimentos de crédito, públicos ou privados, sociedades de economia mista, órgãos de desenvolvimento regional, se no planejamento do sistema não for prevista a fluoração.

Parágrafo único. O financiamento ou doações por entidades públicas ou particulares estrangeiras para abastecimento de água deverão obedecer ao disposto neste artigo.

Art. 10. Os serviços de abastecimento já existentes deverão sofrer no prazo de 3 (três) anos, as necessárias adaptações, de forma a satisfazer as exigências do art. 6º desta Lei.

Parágrafo único. A aquisição do aparelhamento para adaptação de que fala este artigo será feita através de financiamento concedido por estabelecimentos de créditos oficiais, conforme for estabelecido no regulamento desta Lei.

Art. 11. Esta Lei será regulamentada e entrará em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

PARECER

Parecer nº 422, de 1967

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei do Senador nº 17, de 1967, que prevê o aproveitamento voluntário de candidatos habilitados em concurso público em cargos vagos de atribuições afins, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados, e dá outras providências.

Relator do voto: Senador Antônio Balbino.

1. O nobre Senador Paulo Sarasate, pelo projeto número 17, tomou a iniciativa de apresentar proposição em que, segundo sua própria ementa, “prevê o aproveitamento voluntário de candidatos habilitados em concurso público em cargos vagos de atribuições afins, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados”.

2. Segundo se depreende de sua justificação, o projeto é reprodução da emenda número 287, por ele mesmo apresentada na fase de elaboração da Carta Constitucional vigente, e que, segundo esclarece, foi rejeitada naquela oportunidade pelo entendimento de que era “matéria de legislação ordinária”.

3. O ilustre autor do projeto invoca, nesta fase, os mesmos fundamentos em que já se havia baseado para propor a emenda 287, salientando que “é indispensável eliminar o fator de desestímulo resultante da existência de grande número de candidatos aprovados que aguardam, in-

definidamente, oportunidade de ingressar no serviço público, e que não são aproveitados precisamente em decorrência da multiplicação desnecessária e onerosa dos concursos e da ausência de disposições como as que se pretende consagrar”, e acrescenta que “a medida é de conveniência para o serviço público, porque facilita o processo de recrutamento, propiciando o imediato preenchimento de cargos com candidatos que revelaram, em provas públicas, grau de conhecimento superior ao exigido para os cargos a prover”.

4. Examinando o assunto, com a nulificação, sem comentários, dos artigos 95, §§ 1º e 2º 99 e 46 (caput) da Constituição, o eminente Senador Antônio Carlos opina no sentido de que “verifica-se da simples leitura desses dispositivos que o projeto em exame não os contraria ou desrespeita”.

5. Discordamos, “data venia”, da conclusão do ilustre Relator.

Não chegaríamos a sustentar que a proposição em exame é daquelas que colidem frontalmente, com os preceitos constitucionais mais invocados, contrariando a sua letra expressa. Mais do que razoáveis, porém, serão as dúvidas suscetíveis sobre a conciliabilidade do projeto em análise com a “mens legis” que se surpreende, sem dificuldade, nos textos da Carta Magna que dispõe sobre a tese do fortalecimento da administração pública de provas ou de títulos e provas, ao qual a proposição vigente deu ênfase muito maior que qualquer dos textos da mesma categoria que a tenham precedido.

E em nosso entender, se, para o Juiz, em face dos textos legais que seja convocado a aplicar aos casos concretos, o seu dever será o de não fulminá-los com a pena da inconstitucionalidade senão nas hipóteses em que o vício tenha características manifestas, a verdade é que para o legislador, ao elaborar a legislação ordinária, a suspeita validade que a sua atuação esteja abrindo brechas na inteireza dos preceitos da Carta Magna, podendo, ocasionalmente, comprometer a objetividade de suas intenções evidentes, deverá recomendar-lhe redobrados critérios de prudência.

6. No particular, verifica-se que o projeto confere ao candidato classificado em concurso para determinado cargo:

a) o direito de ser aproveitado, a seu requerimento, em cargos vagos de atribuições afins, correlatos ou semelhantes, de nível inferior, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados;

b) o direito de, apesar do aproveitamento previsto acima, ser, também, nomeado para o cargo a que se tenha originariamente habilitado, quando atingida a respectiva classificação;

c) o direito de, manifestando o desejo de aproveitamento nos termos acima, impedir que sejam abertas inscrições para concursos destinados aos cargos de “nível inferior” e de “atribuições afins, correlatos ou semelhantes”.

Além disso, o projeto determina que o Executivo regulamente a lei em 30 dias.

7. Não me parece que se concilie com o melhor entendimento da Constituição, antes de mais, a interpretação legal extensiva de que o concurso, nela previsto, possa habilitar quem o prestou para o provimento de determinado cargo a ser aproveitado em outro de qualquer natureza, ainda que seja de nível inferior. O concurso, no melhor entendimento constitucional, só habilita o concursado a ocupar, se aprovado, o cargo para cujo provimento ele foi aberto e que, expressamente, consta do edital.

Qualquer outra interpretação conduziria, na prática, através de encadeamento de pretextos que se vão interligando, à própria invalidação da

exigência que a Constituição erigiu à categoria de fundamento da estruturação do serviço público.

De resto, a invocação genérica dos qualificativos afins, correlatos ou semelhantes", para definir as atribuições que permitiriam a intercomunicação de cargos diferentes na compreensão do aproveitamento pelo mesmo concurso, abre ensejos a abusos, cujo alargamento nenhum dom divinatorio será necessário para prever a que limites poderá chegar.

E, dentro do raciocínio do projeto, não apenas o concurso para um nível superior daria margem ao aproveitamento em cargo de nível inferior, como, extravagantemente, conservaria o direito ao provimento para o cargo originariamente disputado, tão logo ocorresse a vaga, e, ainda por cima, a simples manifestação do desejo de ser aproveitado em nível inferior impediria a abertura de concurso para este.

Teríamos assim o concurso de nível superior abrindo o ensino a dois provimentos e fechando as portas, simultaneamente, à possibilidade de concursos para cargos de nível inferior que estivessem compreendidos no âmbito dos de "atribuições afins, correlatas ou semelhantes".

E tal conceituação, não esclarecida no projeto, ainda em acréscimo seria, evidentemente "ultra vires", atribuída ao Poder regulamentar do Executivo quando, no máximo, poderia ser objeto de uma lei delegada (art. 55 da Constituição). E por se tratar de matéria interpretativa do sistema de admissão ao serviço público, cujas regras são de aplicação uniforme nos planos federal, estadual e municipal, imagine-se o que daí não poderá surgir em termos de transformar em cláusula anódina e inoperante a condição básica do concurso, por cujo resguardo a Constituição tanto se mostra empenhada.

8. Ao estabelecer no artigo 95 que "os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer", não nos parece lícito interpretar que a Constituição tenha querido dizer que os "cargos públicos só sejam acessíveis aos "brasileiros" que possam preencher "MAIS" do que aqueles requisitos.

E se se atribuisse aos concursados para provas de nível superior a facilidade de preenchimento de cargos de nível inferior, desde que "afins correlatos ou semelhantes", impedindo, inclusive, a realização dos concursos para os níveis inferiores, no fundo, na essência, o que se estaria era exigindo "maiores requisitos" para o provimento desses níveis inferiores, tracando aos brasileiros que apenas a eles poderiam ter acesso a facilidade que a Constituição lhes assegura, enquanto os outros, classificados com graus menores nos concursos de nível mais alto, ficariam com um direito suplementar àquela para o qual se haviam habilitado.

Os candidatos de nível superior ficariam, assim, pelo projeto, com o direito a dois provimentos; e os de nível inferior ficariam privados da oportunidade de fazer concurso para o provimento de cargos, cujas exigências estariam, no entanto, dentro dos limites de sua habilitação.

A bem pouco, de extensão em extensão, acabaria ficando reduzido "a acessibilidade dos cargos públicos" a "todos os Brasileiros", a que a Constituição se refere, se para o provimento dos cargos de nível inferior fosse fixada a condição de inexistência de candidatos já titulados em outros concursos de nível superior que não manifestassem a intenção de exercê-los, e, ainda mais, sem prejuízo do direito para o qual se tivessem habilitado.

9. Não tendo sido incluído, como emenda que foi, no texto da Constituição, não vejo, pois, "data venia", como a matéria do projeto 17 possa, agora ser aprovada em termos de lei ordinária — sem que seja inquinada de atentatória do sistema que a Carta Magna institucionalizou por lhe contrariar, inequivocamente, a intenção, e representar a possibilidade de tratamento desigual para os que queiram se habilitar ao provimento de qualquer cargo público e que, para isso, não podem ficar condicionados ao direito dos que, tendo maiores habilitações, se inscreveram para concursos de nível superior.

Entendemos, assim, que o projeto de lei número 17, apesar das homenagens que merece a sua inspiração, pelos abusos que propiciará e pelos direitos que atinge, não me parece conciliável com a Constituição em vigor, especialmente nos limites de entendimento que demos ao seu artigo 95.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, em 7 de junho de 1967. — Antônio Balbino

CONCLUSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça adotou, por maioria, como parecer o voto em separado do Senador Antônio Balbino, que, assim, foi designado Relator do Vencido.

Sala das Sessões, em 7 de junho de 1967. — Milton Campos, Presidente — Antônio Balbino, Relator do vencido — Eurico Rezende, vencido — Josaphat Marinho — Aloysio de Carvalho — Rui Palmeira — Antônio Carlos, vencido nos termos do meu voto em separado — Wilson Gonçalves, vencido, nos termos do voto do Senador Antônio Carlos.

VOTO EM SEPARADO DO SENADOR ANTONIO CARLOS

De autoria do nobre Senador Paulo Sarasate, vem a esta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 17, de 1967, que prevê o aproveitamento voluntário de candidatos habilitados em concurso público em cargos vagos de atribuições afins, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados.

2. Esclarece o autor, na justificativa, que a proposição reproduz, com ligeiras alterações, emenda por si apresentada ao Projeto de Constituição e que deixou de ser aprovada por entender o Relator que não se tratava de matéria rigorosamente constitucional.

3. De fato, quando da elaboração constitucional, o Senador Paulo Sarasate subscreveu, em primeiro lugar, a emenda 287, assim redigida:

"Ao art. 93 ou onde melhor convier, acrescentem-se os seguintes parágrafos (ou artigos):

§ 4º Os candidatos habilitados em concurso público para determinado cargo poderão ser aproveitados, a seu requerimento, em cargos vagos de atribuições afins, correlatos ou semelhantes de nível inferior, para os quais não haja candidatos igualmente habilitados em concurso, sem prejuízo do direito de serem nomeados, quando atingida a respectiva classificação, para os cargos a que se tenham originalmente habilitados.

§ 5º Não deverão ser abertas inscrições para concursos destinados aos cargos de nível inferior de que trata o § 4º, enquanto houver candidatos que hajam manifestado o desejo de aproveitamento nos termos do mesmo parágrafo."

4. Sobre essa emenda, o Sr. Subrelator, Deputado Accioly Filho, manifestou-se nos seguintes termos:

"Emenda nº 287

Autor: Deputado Paulo Sarasate.

Parecer

1. Dispõe a emenda sobre o aproveitamento de concursados em cargos vagos equivalentes ou de nível inferior, bem como sobre a proibição para realização de concurso, enquanto houver candidatos que desejem ser aproveitados.

2. A matéria é de legislação ordinária.

3. Opino pela rejeição da emenda. — Deputado Accioly Filho Subrelator."

5. Concordei, como Relator-Geral, com o parecer do Subrelator (Parecer nº 1, de 1967 C.N. da Comissão Mista, pág. 74, 2ª coluna, 26ª linha). O plenário confirmou os pareceres.

6. Sobre a matéria, na Seção VII — Dis Functários Públicos — Capítulo VII — Do Poder Executivo — Título I — Da Organização Nacional, a Constituição Federal, em seus artigos 95 e 99, dispõem:

"Art. 95 Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, preenchidos os requisitos que a lei estabelecer.

§ 1º A nomeação para cargo público exige aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º Prescinde de concurso a nomeação para cargos em comissão, declarados em lei, de livre nomeação e exoneração.

Art. 99. São estáveis, após dois anos, os funcionários, quando nomeados por concurso.

§ 1º Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade, como funcionário, se não prestar concurso público."

7. Verifica-se de simples leitura desses dispositivos que o projeto em exame não os contraria ou desrespeita.

8. Por outro lado, o art. 46 ("caput") da Constituição estabelece:

"Art. 46. Ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, cabe dispor, mediante lei, sobre todas as matérias de competência da União..."

9. A matéria do projeto é da competência da União, conforme se depreende do que reza o art. 8º da Constituição.

10. Nenhuma norma constitucional proíbe o estabelecimento do sistema proposto no projeto.

Ante o exposto, a Comissão de Constituição e Justiça opina favoravelmente à constitucionalidade do Projeto de Lei nº 17, de 1967.

Sala das Comissões, 7 de junho de 1967. — Antônio Carlos, Relator.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente lido vai à publicação.

Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Josaphat Marinho. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna. (Pausa.)

Não está presente.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Passa-se a

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da Redação Final (oferecida pela Comissão de Redação, em seu Parecer nº 411, de 1967), do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1967 (nº 288-A, de 1966, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do soldado Luiz Hammes.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma, dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno. O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final, aprovada:

PARECER Nº 411, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1967 (número 288-A-66, na Casa de origem).

Relator: Sr. Antônio Carlos.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1967 (nº 288-A-66, na Casa de origem), que denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do Soldado Luiz Hammes.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1967. — João Abrahão, Presidente — Antônio Carlos, Relator — José Leite.

ANEXO AO PARECER Nº 411-67

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 1967 (número 288-A-66, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 73, § 7º, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº ... DE 1967

Denega provimento a recurso do Tribunal de Contas para o fim de ser mantida a reforma do Soldado Luiz Hammes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' denegado provimento ao recurso do Tribunal de Contas interposto no Processo nº 49.756-62, para o fim de ser mantida a reforma do Soldado Luiz Hammes, tornando-se definitivo o ato praticado em 14 de dezembro de 1965, de acordo com autorização concedida pelo Presidente da República, exarada na Exposição de Motivos nº 017-DF, de 8 de setembro de 1965, do Ministro da Guerra.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Item 2.

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 409, de 1967) do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1967 (nº 305-A, de 1967, na Casa de origem), que aprova a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução nº 2.106 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores de-sejar fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 316-A, do Regimento Interno. O projeto vai à promulgação.

E' a seguinte a redação final aprovada:

PARECER Nº 409, DE 1967

Da Comissão de Redação

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1967 (número 305-A-67, na Casa de origem.)

Relator: Sr. José Leite.

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1967 (nº 305-A-67, na Casa de origem), que aprova a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução número 2.106 (XX) da Assembleia Ge-

ral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1967. — João Abrahão, Presidente — José Leite, Relator — Antônio Carlos.

ANEXO AO PARECER Nº 409-67

Redação Final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1967 (nº 305-A, de 1967, na Casa de origem).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 47, nº 1, da Constituição Federal, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº ... DE 1967

Aprova a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução nº 2.106 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' aprovada a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, adotada pela Resolução número 2.106 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscrito. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, vou encerrar a sessão designando para a de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

Da Sessão Ordinária de 20 de Junho de 1967

(Têrça-feira)

1

Discussão, e segundo turno, em regime de urgência (Art. 326, n. 50 do Regimento) do Projeto de Lei do

Senado nº 29, de 1967, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que altera a Bandeira, as Armas e o Selo Nacionais instituídos pelo Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889 (Projeto aprovado em primeiro turno, nos termos do substitutivo da Comissão de Educação e Cultura e subemenda na sessão de 14.6.67), tendo Parecer, sob nº 410, de 1967 da Comissão de Redação, oferecendo a redação do vencido.

2

Vituação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1967 (nº 72-B-67 na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que revigora o art. 26 e respectivos parágrafos da Lei nº 4.869, de 1º de dezembro de 1965 (Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste) e dá outras providências, tendo Pareceres favoráveis, sob os nºs. 389 e 390 de 1967, as Comissões: de Projetos do Executivo, com a emenda que oferece de nº 1-CPE; de Finanças e dependendo de pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e emendas; das Comissões de Projetos do Executivo e de Finanças, sobre a emenda de Plenário.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 299, de 1966 (nº 3.900-B-62, na Casa de origem), que dispõe sobre construções nas proximidades das Fortificações

Costeiras do Exército, tendo Parecer favorável, sob nº 157, de 1967, da Comissão de Segurança Nacional.

NOTA — Projeto retirado da Ordem do Dia em 13 de abril do ano em curso, a requerimento do Sr. Senador Mário Martins, para audiência do Ministério do Exército (diligência cumprida).

4

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 1967 (nº 111-C-67 na Casa de origem), que fixa datas para a realização das convenções para eleição do Diretório Nacional e dos Diretórios Regionais e Municipais dos Partidos Políticos e dá outras providências, tendo Parecer favorável, sob nº 405, de 1967, da Comissão de Constituição e Justiça.

5

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 599, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Mário Martins solicita a transcrição nos Anais do Senado da carta de autoria do Arquiteto Oscar Niemeyer, divulgada na imprensa de 16 do mês em curso, na qual aquele profissional apresenta sua opinião a propósito do projeto do Aeroporto de Brasília.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15,10 horas.)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

Concurso Público para Taquígrafo de Debates

CHAMADA PARA AS PROVAS DE PORTUGUÊS, DITADO TAQUIGRÁFICO, PLENÁRIO, FRANCES E INGLÊS, HISTÓRIA GERAL, HISTÓRIA DO BRASIL, GEOGRAFIA E CULTURA GERAL.

Os candidatos abaixo relacionados ficam convocados para, na Diretoria de Taquigrafia, prestarem as seguintes provas:

Dia 23 (vinte e três) de junho de 1966 — Sexta-feira

8 (oito) horas — Português.

14 (quatorze) horas — Plenário.

Dia 24 (vinte e quatro) de junho de 1966 — Sábado

10 (dez) horas — Ditado Taquigráfico (130 palavras por minuto).

14 (quatorze) horas — Francês e Inglês.

Dia 25 (vinte e cinco) de junho de 1966 — Domingo

10 (dez) horas — História Geral, História do Brasil, Geografia e Cultura Geral.

Inscrição Número — Nome

B-28 — Carlota Barrionuevo.

B-11 — Jorge Honda.

B-32 — Lionéa de Almeida Castro.

B-16 — Luciano de Paiva Diniz.

Secretaria do Senado Federal, em 19 de junho de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

MESA

Presidente — Moura Andrade — 3º Secretário — Edmundo Levi —
(ARENA — SP) (MDB — AM)
1º Vice-Presidente — Nogueira da 4º Secretário — Cattete Pinheiro —
Gama — (MDB — MG) (ARENA — PA)
2º Vice-Presidente — Gilberto Ma- 1º Suplente — Atílio Fontana —
rinho — (ARENA — GB) (ARENA — SC)
1º Secretário — Dinarte Mariz — 2º Suplente — Guido Mondin —
(ARENA — RN) (ARENA — RS)
2º Secretário — Victorino Freire — 3º Suplente — Sebastião Archer —
(ARENA — ES) (MDB — MA)
4º Suplente — Raul Giuberti —
(ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT) Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE) Bezerra Neto — (MT)
Antônio Carlos — (SC) Adalberto Senna — (ACRE)
Rui Palmeira — (PB) Lino de Mattos — (SP)
Manoel Villça — (RN)
Vasconcellos Torres — (RJ)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
Ney Braga
João Cleophas
Teotônio Vilela
Júlio Leite

Atílio Fontana
Leandro Maciel
Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
Mários Martins
Secretário: Ney Passos Dantas.
Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

Aurélio Vianna
Pedro Ludovico

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTE

Milton Campos
Antônio Carlos
Aloysio de Carvalho
Eurico Rezende
Wilson Gonçalves
Petrônio Portela
Carlos Lindenberg
Rui Palmeira

Vasconcelos Torres
Daniel Krieger
Benedicto Valladares
Alvaro Maia
Lobão da Silveira
José Feliciano
Menezes Pimentel
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Araújo Steinhilber
Aurélio Vianna
Mário Martins

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

José Feliciano
Lobão da Silveira
Petrônio Portela
Eurico Rezende
Atílio Fontana

Benedicto Valladares
Adolpho Franco
Arnon de Melo
José Leite
Mello Braga

MDB

João Abrahão
Aurélio Vianna
Secretário: Alexandre Mello.
Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

Adalberto Senna
Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Mário Martins

ARENA

SUPLENTE

Carvalho Pinto
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Domicio Gondim
Leandro Maciel

José Leite
João Cleophas
Duarte Filho
Sigefredo Pacheco
Filinto Müller
Paulo Torres

MDB

Mário Martins
Pedro Ludovico
Lino de Mattos

Jose Ermírio
Josaphat Marinho
João Abrahão

Secr. — Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

Menezes Pimentel
Mem de Sá
Alvaro Maia
Duarte Filho
Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
Antônio Carlos
Sigefredo Pacheco
Teotônio Vilela
Petrônio Portela

MDB

Adalberto Senna
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

João Cleophas
Mem de Sá
José Leite
Leandro Maciel
Manoel Villça
Clodomir Milet
Adolpho Franco
Sigefredo Pacheco
Paulo Sarasate
Carvalho Pinto
Fernando Corrêa

Antônio Carlos
José Guimard
Daniel Krieger
Petrônio Portela
Atílio Fontana
Júlio Leite
Mello Braga
Carlos Lindenberg
Celso Ramos
Teotônio Vilela
Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
Bezerra Neto
Oscar Passos
Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
José Ermírio
Lino de Mattos
Pessoa de Queiroz

Secretário: Ruy Rodrigues Figueiredo.
Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

Ney Braga
Atílio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondim
João Cleophas

Júlio Leite
José Cândido
Rui Palmeira
Arnon de Melo
Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio

Pessoa de Queiroz
Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Leg. PL-6
Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petronio Portela

Vice-Presidente: José Cândido

A R E N A

TITULARES

Petronio Portela
Domício Gondim
Alvaro Maia
José Cândido
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

José Guilomard
José Leite
Lobão da Silveira
Manoel Villaga
Celso Ramos
Duarte Filho

M D B

Aarão Steinbruch
Rui Carneiro
Arthur Virgílio

Bezerra Netto
Mário Martins
Adalberto Sena

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: Domício Gondim

A R E N A

TITULARES

Domício Gondim
José Leite
Celso Ramos
Paulo Torres
Carlos Lindenberg

SUPLENTE

José Feliciano
Mello Braga
José Guilomard
Vasconcelos Torres
Rui Palmeira

M D B

Josaphat Marinho
José Ermirio

Aarão Steinbruch
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DE POLIGONO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Rui Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

A R E N A

TITULARES

Rui Palmeira
Manoel Villaga
Clodomir Millet
Júlio Leite
Duarte Filho

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Domício Gondim
Leandro Maciel
Petronio Portela

M D B

Rui Carneiro
Aurélio Vianna

Pessoa de Queiroz
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto

Reuniões: Quinta-feiras às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Wilson Gonçalves

Vice-Presidente: Carlos Lindenberg

A R E N A

TITULARES

Wilson Gonçalves
Paulo Torres
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende

SUPLENTE

José Feliciano
Daniel Krieger
Adolpho Franco
Rui Palmeira
Petronio Portela
Clodomir Millet

M D B

José Ermirio
Lino de Mattos
Josaphat Marinho

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Aarão Steinbruch

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Júnior

Reuniões: Quartas-feiras às 15 horas

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Feliciano

Vice-Presidente: Teotônio Villela

A R E N A

TITULARES

Teotônio Villela
Antônio Carlos
José Feliciano
Lobão da Silveira

SUPLENTE

Felinto Muller
Mem de Sá
José Leite
José Guilomard
Bezerra Neto

M D B

Secretário: Mário Nelson Duarte

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

A R E N A

Benedicto Valladares
Felinto Muller
Aloysio de Carvalho
Antônio Carlos
José Cândido
Arnou de Melo
Mem de Sá
Rui Palmeira

Alvaro Maia
Fernando Corrêa
Celso Ramos
Wilson Gonçalves
José Guilomard
José Leite
Clodomir Millet
Menezes Pimentel

M D B

Pessoa de Queiroz
Aarão Steinbruch
Mário Martins

Pedro Ludovico
Aurélio Vianna
Argemiro Figueiredo

Secretário: J. B. Castejon Franco

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

A R E N A

TITULARES

Sigefredo Pacheco
Duarte Filho
Fernando Corrêa
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Clodomir Millet
Ney Braga
José Cândido

M D B

Pedro Ludovico

Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Torres

Vice-Presidente: Oscar Passos

A R E N A

TITULARES

Paulo Torres
José Guilomard
Sigefredo Pacheco
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE

Atílio Fontana
Adolpho Franco
Manoel Villaga
Mello Braga
Júlio Leite

M D B

Oscar Passos
Mário Martins

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL**COMPOSIÇÃO**

(7 membros)

Presidente: Vasconcelos Torres
Vice-Presidente: Arnob de Melo**A R E N A****TITULARES**Vasconcelos Torres
Carlos Lindenberg
Arnob de Melo
Paulo Torres
José Guilomard**SUPLENTE**José Feliciano
Antonio Carlos
Manoel Villaça
Menezes Pimentel
Celso Ramos**M D B**Arthur Virgílio
Adalberto Sena
Secretário: J. Ney Passos Dantas
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.Lino de Mattos
Aarão Steinbruch**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Leite
Vice-Presidente: Lino de Mattos**A R E N A****TITULARES**José Leite
Celso Ramos
Arnob de Melo
Atílio Fontana**SUPLENTE**José Guilomard
Petronio Portela
Domicio Gondin
Carlos Lindenberg

Lino de Mattos

M D B

Arthur Virgílio

Secretária: Carmelita de Souza

Reuniões: Quintas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(5 membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: José Guilomard
Vice-Presidente: Clodomir Millet**A R E N A****TITULARES**José Guilomard
Fernando Corrêa
Clodomir Millet
Alvaro Maia**SUPLENTE**Lobão da Silveira
José Feliciano
Filinto Müller
Alfredo Pacheco**M D B**Adalberto Sena
Secretário: Alexandre Mello
Reuniões: Terças-feiras às 15:00 horas.

Oscar Passos